



Diário da Sessão n.º 083 de 17/09/03

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da ordem de trabalhos: **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução que “Recomenda ao Governo Regional que passe a submeter ao critério de análise custo-benefício, numa perspectiva de desenvolvimento económico-social dos Açores, as despesas com a propaganda institucional e com festas de inauguração, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Popular.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como é do conhecimento desta Assembleia, o Grupo Parlamentar do CDS/PP apresenta uma Proposta de Resolução que “Recomenda ao Governo Regional que passe a submeter ao critério de análise custo-benefício, numa perspectiva de desenvolvimento económico-social dos Açores, as despesas com a propaganda institucional e com festas de inauguração”.

Não sendo esta a altura para discussão do conteúdo, esta matéria é do conhecimento de todos. A sua necessidade resulta de factos que são públicos e, sob o nosso ponto de vista, dispensa qualquer apreciação em sede de Comissão já que se trata, apenas e tão só, de uma tomada de posição política por parte desta Assembleia relativamente a posturas e comportamentos que resultam da acção governativa.

É esta a razão para que o Grupo Parlamentar do Partido Popular tenha solicitado a dispensa de exame em comissão e, na mesma sequência, o processo de urgência.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Para intervir no debate tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar conta de que o Grupo Parlamento do Partido Socialista irá votar favoravelmente este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão pelo simples e único facto que, atendendo à temática em questão, estamos claramente em condições de a discutir, embora consideremos que ela é tudo menos urgente e importante.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós vamos votar favoravelmente a urgência, porque essa foi a intenção do proponente aqui manifestada.

De qualquer modo, não veríamos que houvesse mal se esta matéria pudesse vir a ser aprofundada em Comissão, porque seria a oportunidade de se poder verificar, aprofundar e chegar-se a conclusões talvez um pouco mais avançadas do que aquelas que existem na proposta, embora a proposta avance e seja em termos de preâmbulo bastante fundamentada.

De qualquer modo, julgamos que nestas matérias é sempre possível ir um pouco mais.

Há aspectos que julgo que deveriam ser corrigidos e há aspectos que nos devem preocupar. Eu vou citar apenas um caso concreto que a mim me causa repulsa. É ver no mesmo jornal, no mesmo dia e na mesma página, dois anúncios pagos pela administração regional exactamente iguais.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Numa situação destas, penso que está em causa malbaratar, por pouco que seja, alguns euros que são pagos por mim e pelos senhores, através dos nossos impostos.

Eu entendo que esta matéria é importante, esta Assembleia deve tratá-la com seriedade e ela tem toda a oportunidade.

Eu não sei até que ponto é que não poderia ser muito mais aprofundada do que aquilo que se faz apenas no plenário.

De qualquer maneira, em atenção à vontade do proponente, o nosso voto vai ser favorável.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Arruda.

Deputado Manuel Arruda (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata votará favoravelmente o pedido de urgência do CDS/PP, tendo em conta o seu conteúdo, o qual consideramos perfeitamente escandaloso. Por este motivo há toda a urgência em que possamos discutir este assunto e fundamentalmente esclarecê-lo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, façam o favor de permanecer sentados.

Secretário: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.



Diário da Sessão n.º 085 de 19/09/03

Presidente: Passamos ao 3º ponto da Ordem de Trabalhos – **Proposta de Resolução** que “recomenda ao Governo Regional que passe a submeter ao critério de análise custo/benefício, numa perspectiva de desenvolvimento económico-social dos Açores, as despesas com propaganda institucional e com festas de inauguração, apresentada pelo Partido Popular.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste momento, eu estava a trocar impressões com um ilustre colega Deputado do Partido Socialista.

Nós estamos a trabalhar numa situação de distribuição de tempos globais para os diplomas. Foi-nos chamado a atenção e nós verificámos que estamos a cerca de 30 minutos da hora regimental para encerramento dos trabalhos.

Se V. Exa. entender, talvez fosse útil uma mini-conferência de líderes, porque a discussão deste diploma é feito durante uma hora e meia. Portanto, sugeria uma troca de impressões para evitar ficarmos a meio do debate do diploma.

Presidente: Estou absolutamente de acordo.

Agradecia aos líderes parlamentares para se acercarem da Mesa.

(Pausa)

Srs. Deputados, eu pedia a vossa atenção.



A questão levantada pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro tinha toda a pertinência.

De facto, temos 30 minutos de tempo regimental disponível, o que torna impossível discutir a totalidade deste ponto face à presente ordem de trabalhos.

Face à vontade expressa pelos proponentes, chegámos à conclusão de que esta proposta de resolução fica agendada para a próxima sessão legislativa, mantendo-se, como é evidente, o processo de urgência já aprovado.

Diário da Sessão n.º 087 de 22/10/03

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos – **Proposta de Resolução – “Recomenda ao Governo Regional que passe a submeter ao critério de análise custo-benefício, numa perspectiva de desenvolvimento económico-social dos Açores, as despesas com propaganda institucional e com festas de inauguração”**, apresentada pelo PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para fazer a sua apresentação.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Perante situações insólitas e até escandalosas que envolvem dinheiros públicos e que tem chocado a opinião pública açoriana, o Grupo Parlamentar do CDS/PP decidiu propor a esta Assembleia Legislativa Regional que recomende ao Governo Regional que, em cumprimento do Programa de Governo e em prol da consolidação da autonomia, submeta sempre ao critério de análise custo -benefício, com carácter decisivo e



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

numa perspectiva de desenvolvimento económico - social dos Açores, as despesas com propaganda institucional e com festas de inauguração.

Deputado Paulo Gusmão (PP): *Muito bem!*

O Orador: Na verdade, o Programa de Governo considera a defesa e a consolidação da autonomia como um objectivo, que eleva a tarefa permanente de todos os responsáveis políticos regionais.

Nele também se aponta no sentido da valorização dos benefícios que a forma de autogoverno trouxe para os Açores e se assume como prioridade a sustentação financeira do modelo autonómico e, como se refere no próprio Programa de Governo e cito: "...evitando-se, sempre, que se deteriore na prática política o que se reconfirma em teoria".

É ainda do Programa de Governo e sob o título de consolidação das finanças públicas regionais, que consta como medida a executar, a introdução do "critério de análise custo - benefício para se aferir da validade e importância das acções a desenvolver pela administração regional".

Nestes últimos anos, o Governo Regional tem argumentado dificuldades financeiras gravíssimas e através delas procurou até justificar a revisão em baixa do Plano de Médio Prazo 2000/2004 e chegou mesmo, socorrendo-se do argumento de falta de meios, a pôr em causa projectos fundamentais e inadiáveis que afectaram negativamente todas as ilhas dos Açores.

A propalada falta de dinheiro chegou ao extremo de ser utilizada, a maior parte das vezes indevidamente, como justificação para incendiar as relações institucionais e entrar em guerra aberta com o Governo da República.

Este último período da governação socialista na Região tem ficado marcado por práticas inaceitáveis relacionadas com situações insólitas e até escandalosas que envolvem dinheiros públicos...



Deputado Vasco Cordeiro (PS): Olhe que não!

Deputado Paulo Gusmão (PP): *Muito bem!*

O Orador: ... e que tem chocado a opinião pública açoriana, e que não podem deixar de suscitar a maior atenção e acção das entidades fiscalizadoras, quer a nível do técnico-judicial quer a nível político.

Uma das situações envolve a propaganda alegadamente institucional, a outra tem a ver com as festas para celebrar inaugurações.

Tem-se enchido páginas e páginas com anúncios na imprensa regional e distribuído os chamados "info-mail", com conteúdos em que a parte informativa é praticamente irrelevante face à pretendida mensagem propagandística e político-eleitoral.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Ultimamente já se foi ao ponto de fazer uma festa desproporcional e inédita a propósito da inauguração de uma curta variante, que contemplou concertos com afamados artistas vindos do exterior e até um espectáculo piromusical, envolvendo custos que aparecem referidos na comunicação social, como tendo atingido varias centenas de milhares de euros.

Acresce que, tudo isto, por sua vez, é também divulgado com o suporte de grandes espaços de publicidade paga, da responsabilidade do Governo Regional do PS.

No caso do espectáculo piromusical, é a própria Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos a assumir, com uma arrogância que nem os ricos honestos costumam exhibir, que se trata de um espectáculo, e cito, "pela primeira vez em Portugal" que foi, e cito, "premiado nos melhores concursos de pirotecnia do Mundo"!

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Quem é que está disposto a sustentar este desaforo?



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Quem é que, em boa consciência, aprova este esbanjamento de dinheiros públicos, este desperdício de meios do Estado, esta ausência de respeito pelo dinheiro de quem trabalha e, muitas vezes com grandes sacrifícios, paga pontualmente os seus impostos?

Que filosofia socialista de gestão é essa, Srs. Governantes?

Que critério de administração pública parcimoniosa está subjacente a este tipo de gastos?

Que rigor orçamental tem este Governo Socialista?

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Ao Governo Regional não é legítimo permitir-se a imagem de parecer ser mais um partido político, assinalando com dispendiosos espectáculos a entrada no novo ano político.

Que os Socialistas o queiram fazer com o seu dinheiro estão no seu pleno direito, que o queiram fazer com o dinheiro que é de todos os Açorianos é inadmissível e constitui um grave atentado ao normal funcionamento das instituições democráticas, à moral do Estado e aos fundamentos da Autonomia.

Ao Governo Regional não é legítimo permitir-se desenvolver uma campanha de propaganda que temporalmente se confunde com a do partido no poder, por mais antecipada que esta possa parecer.

Todos sabemos que a nossa Região É demasiado pobre. Está muito atrasada em relação às suas congéneres do país e da Europa e é indisfarçável que está cada vez mais endividada.

A nossa Região precisa de muitos meios financeiros para ser arrancada da situação em que se encontra e poder avançar no seu processo com vista ao desejável desenvolvimento económico e social. Assim sendo, o pior que



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

pode fazer, é transmitir a imagem de falta de rigor e - pior que isso - praticar uma política de esbanjamento.

Não é assim, Sr. Presidente, que se valorizam os benefícios de autogoverno, pois governar é optar, e governar bem é optar bem.

Não é assim que se demonstra ter como objectivo promover a sustentação financeira. Quando não há meios para tudo, é preciso privilegiar o investimento e recusar a despesa não reprodutiva e o desperdício.

O dever de qualquer executivo é o de administrar com parcimónia os meios que lhe foram postos à disposição pelos contribuintes, gerindo com rigor e procurando fazer mais com o menor dispêndio possível.

Mesmo que o Programa deste Governo socialista o não explicitasse, o executivo regional deveria sempre ter em conta uma ponderada e inteligente análise de custo-benefício, obviamente pautada por objectivos de desenvolvimento e interesse público, que não foi feita ou tida em conta nos últimos aparatos públicos.

Não é aceitável que o Governo alegue não ter meios para subir pensões e outras prestações sociais de grande impacto nos sectores mais pobres e mais frágeis da nossa desequilibrada sociedade, dizer não poder apoiar mais a agricultura ou compensar os marginalizados pescadores e não pagar as dívidas de medicamentos e do Serviço Regional de Saúde, quando está a desbaratar dinheiro.

Nem a boa vontade da ajuda dos enunciados patrocinadores que - sabe Deus se não teriam dado, com melhor vontade, para coisa verdadeiramente útil - desculpam ou desresponsabilizam este Governo Regional.

Pelo contrário. Sabendo-se como se sabe que a vida das empresas não está fácil nem é tão florescente como alguns querem fazer crer, o que terá



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

levado ou pode levar empresas a patrocinarem dispendiosos gastos com festas promovidas pelo Governo Regional socialista.

O que nós sabemos é que as empresas têm reduzido drasticamente as despesas com publicidade e propaganda, em prol dos seus objectivos comerciais.

O que nós sabemos é que as Comissões promotoras das festas populares nas nossas comunidades têm contado cada vez menos com os apoios das actividades económicas, tendo em conta as dificuldades que estas atravessam.

Então, Srs. Deputados, por que motivo sério, algumas empresas se disponibilizam para pagarem as festas do Governo Regional socialista por ocasião da inauguração de obras públicas, quando muitas vezes essas obras nem, sequer estão ainda totalmente pagas?

Esse conluio entre o Governo Regional socialista e algumas empresas regionais na realização de festanças eleiçoeiras não deverá suscitar a preocupação deste Parlamento e de outras entidades fiscalizadoras?

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

O respeito que esta Região devia fazer por merecer, através do seu Governo, não pode ser queimado através de uma qualquer "Dança do Fogo", por mais internacional que seja!

Não é assim que se defende e consolida a autonomia.

Não é assim que se fomenta a solidariedade e não é deste modo que se procura, como devia, cumprir o objectivo fundamental e estatutário de promover o desenvolvimento económico e social.

Finalmente, para se poder exigir aos outros agentes políticos, é preciso que da parte da Região, também não seja prosseguida uma prática política mal



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

intencionada, ou sequer desleixada, que ponha em causa boas teorias e os bons princípios.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Em primeiro lugar, independentemente do Governo Regional ter ultimamente inaugurado muitas obras em diversas Secretarias e de, felizmente, ainda ter muitas mais para inaugurar, gostaria de dizer que em relação àquilo que já foi reafirmado, efectivamente a obra Ponta Delgada/Lagoa não uma obra de 4 quilómetros, mas sim uma aspiração secular...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Secular?!

O Orador: ...daqueles que em matéria de acessibilidades precisam de se deslocar entre estes dois concelhos.

Sr. Deputado, secular, porque o Montalverne Sequeira já falava nisso.

Gostaria de dizer que essa obra tem efectivamente uma importância fundamental para a ilha de S. Miguel, e foi este Governo que a conseguiu fazer e conseguindo fazer, não esses 4 quilómetros, mas mais 4 mais os mais outros 4,1 que estão a acabar, que resolve um problema gravíssimo de 60% da população da Ilha de S. Miguel que precisa daquelas acessibilidades.

Portanto, sobre a importância da obra, a matéria é indiscutível e também sobre o mérito de quem a fez, ninguém o pode tirar.

Por outro lado, sobre essa questão da inauguração, nós já dissemos, e por isso é que a sua intervenção nos parece profundamente demagógica, que o



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Governo Regional teve um conjunto de patrocinadores que, aliás, foram divulgados nos prospectos que anunciaram aquelas inaugurações e que mostram total transparência e clareza do assunto.

Também dissemos que, sob o ponto de vista da responsabilidade do Governo em matéria de pagamentos, nós tínhamos ficado por cerca de 15 mil euros que foram as passagens de algumas pessoas que vieram integrar algumas daquelas festas.

Portanto, eu não sei qual é a sua legitimidade – sei que não é nenhuma – para levantar suspeições do Governo com patrocinadores ou outras quaisquer suspeições que a sua intervenção quis fazer crer.

O senhor não só não tem provas, nem podia tê-las, como foi altamente irresponsável ao tentar lançar suspeições em relação a pessoas e a empresas que não tem nenhum motivo nem nenhum dado concreto que pudesse afirmar tudo aquilo que afirmou na sua intervenção.

Por outro lado, gostaria de dizer que, ao contrário do que a sua intervenção pudesse fazer crer, e às vezes parece que é mais dor de cotovelo do que outra coisa qualquer, há efectivamente situações que nós conhecemos por esta Região fora que podem estar conforme a sua intervenção, mas não são as do Governo Regional, são aquelas, por exemplo, de algumas autarquias que até criam empresas para fazer festas e essas empresas podem conformar uma situação de esbanjamento e de situações que eu não conheço nem preciso de conhecer.

Gostaria de dizer que isto nem é nada comparado, por exemplo, com os cartazes da obra do Dr. Santana Lopes, da Câmara Municipal de Lisboa, que custaram 180 mil euros e que estão instalados por toda a cidade de Lisboa.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Portanto, há aqui uma medida excessiva da sua parte ao querer invocar o Governo Regional como abusador de festas.

Aquilo que fica ciente, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, é que nós vamos continuar a inaugurar e a festejar, porque nós merecemos e o povo merece essas obras que eram ansiadas há muito tempo e faremos isso com toda a transparência e sem problema nenhum de indicar como é que fizemos e por que é que fizemos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar quero dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português irá votar favoravelmente a Proposta de Resolução apresentada pelo CDS/PP, porque consideramos que esta matéria...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não tem qualquer fundamento.

O Orador: Não lhe posso responder, porque não ouvi o que disse. Quando quiser falar inscreva-se, fale e depois eu respondo-lhe com muito prazer.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não foi para ouvir.

Deputado João Cunha (PSD): Não, não foi. Estava era à procura das estrelas que perdeu no Congresso!

O Orador: ... tem uma certa razoabilidade, porque a Administração Regional tem o dever de ser razoável em relação às inaugurações e aos festejos que leve a cabo através do erário público regional. Aliás, quando



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

falo na Administração Regional, também gostaria que esta mensagem chegasse à Administração Local.

Eu vou procurar ser específico e pormenorizado nestas questões.

Estamos de acordo com o Sr. Secretário Regional quando ele fala, por exemplo, na criação da Hortaludus para fazerem festas. Nós entendemos que a criação destas empresas, por parte das autarquias que as criaram, é absolutamente condenável, porque temos que ser comedidos e temos que gerir bem aquilo que não é nosso, aquilo que é da sociedade, aquilo que é de todos os cidadãos.

Em relação à Proposta de Resolução do CDS/PP, há efectivamente inaugurações e festejos que são razoáveis, que se se fizer esta análise custo/benefício, são perfeitamente aceitáveis e vou citar uma que foi feita na minha terra, por iniciativa do Governo Regional, mais concretamente pelo Sr. Secretário da Educação e Cultura, em que a inauguração da escola, que estive presente, foi comedida, foi absolutamente razoável e teve um gasto mínimo, se é que se pode considerar que teve algum gasto.

Penso que as inaugurações devem ser feitas assim e, se assim for, têm toda a razão de ser, porque são feitas de acordo com as nossas possibilidades, são feitas respeitando a economia e as pessoas simples e pobres desta Região. Se assim for, estamos de acordo.

Agora, quando verificamos que há determinadas inaugurações, que há determinados festejos, que há determinada publicidade institucional que não tem qualquer razão de ser, aí eu penso que devemos ser duros na crítica.

Aliás, repugna-me bastante todos os meses que venho a este plenário, ao entrar na minha casa na Horta encontrar na caixa do correio prospectos, livrinhos, propaganda caríssima, paga por todos nós e é raro o mês que



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

venho ao plenário e não encontre um folheto a dizer que vai ser dada mais uma chave duma casa, vai ser feito mais um conjunto de casas para os sinistrados, etc, etc.. Isso repugna-me.

Eu tenho que estar de acordo com esta Proposta de Resolução para que a minha caixa do correio não continue todos os meses a ter um prospecto ou um livrinho com estas inaugurações todas que o Sr. Secretário Regional da Habitação faz.

Aliás, Sr. Secretário, se me enviar uma folhinha A4 sem ser colorida a dar notícias disto, dá perfeitamente.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Nem precisa.

O Orador: Se ele quiser dar conhecimento eu tenho muito gosto em receber, mas é numa folhinha A4, passada numa fotocopiadora.

Portanto, penso que isto tem que ser condenado.

Quando eu ouço, por exemplo num encontro social, um funcionário com um cargo de confiança política do Governo Regional criticar abertamente despesas efectuadas em festas pelo Governo Regional, se dentro da própria orgânica governamental, se dentro dos próprios quadros de confiança política já dizem que em vez de terem gasto com este jantar ou com aquele almoço, antes tivessem feito isto ou aquilo, isto dá que pensar e tenho que dar razão ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, porque quando aqueles que vivem o dia a dia destas iniciativas vêm cá para fora nos dizer isto, algo está muito mal.

Por tudo isto, há toda a razão de ser desta Proposta de Resolução.

Por exemplo quando em vejo em determinados órgãos de comunicação social propaganda paga pelo Governo Regional, em página inteira, repetitivamente de 15 em 15 dias ou de 8 em 8 dias, penso que há exagero.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Quando eu vejo nesses órgãos de comunicação social escrita o mesmo anúncio repetido uma, duas e três vezes, no mesmo órgão e no mesmo dia, isto é nitidamente malbaratar aquilo que é de todos nós.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*): Duas vezes.

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu penso que há que haver contenção de despesas em relação à propaganda institucional e em relação a determinadas festas e inaugurações exageradas. Portanto, há toda a razão de ser para se chame a atenção do Governo Regional recomendado preocupação e um respeito muito grande por aquilo que é de todos nós, independentemente de, como já disse e reafirmo, se poderem fazer inaugurações como aquela que o Governo Regional e o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura fizeram na escola das Flores, sem qualquer exagero.

Que se façam inaugurações sem exagero, tudo bem, agora fazer-se inaugurações com exageros, acabem-se com elas.

Deputado José Decq Mota (*PCP*): *Muito bem!*

(Aplausos do Sr. Deputado José Decq Mota)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Na análise deste Proposta de Resolução que aqui estamos a discutir, gostaria de dividir a minha intervenção em três partes.

A primeira tem a ver seguramente com a parte dos princípios e gostaria de enaltecer e de salientar a preocupação do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, e



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

presumo que de todo o Partido Popular, com a questão do esbanjamento dos dinheiros públicos, com a questão da correcta utilização do dinheiro dos açorianos.

Saúdo-o efusivamente, Sr. Deputado, no plano dos princípios, por essa preocupação e acredito também que esta preocupação não se dirige apenas em relação ao Governo Regional, mas que se dirige, desde logo, a todo e cada um deputado desta Casa e a todo e cada um dos partidos políticos que também trabalham, vamos dizê-lo, com dinheiros do erário público.

O primeiro aspecto que eu gostava de salientar é esta postura honrada, esta postura sóbria do Partido Popular, pela boca do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, com a correcta utilização do dinheiro dos açorianos, com o esbanjamento de dinheiros públicos.

É importante salientar este aspecto, porque não nos parece que fosse correcto não salientar esta honrada e meritória preocupação do Partido Popular que até o leva a avançar com uma Proposta de Resolução nesta Assembleia, investivando o Governo Regional por não cumprir com a correcta utilização do dinheiro dos açorianos e por, no entender da Proposta de Resolução, esbanjar dinheiros públicos.

A primeira pergunta que eu gostava de fazer ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro era se considera que um partido político que utilize meios da Assembleia Legislativa Regional para difundir mensagens aos seus militantes, está ou não esbanjar dinheiros públicos? Isto é uma pergunta teórica.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Um mailling anónimo!

Deputado João Cunha (PSD): Por exemplo!

O Orador: Segunda questão concreta que eu gostaria de salientar é a seguinte:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Das intervenções que me precederam não houve a preocupação de tentar saber quanto é que se gastou, quanto é que o erário público pagou. Foi o Sr. Secretário, por sua iniciativa, que avançou com o valor, ou seja, maior é a preocupação de criticar, maior é a preocupação de invectivar o Governo Regional, quando, pelo contrário, maior deveria ser a preocupação de saber, afinal, qual é que tinha sido o custo, para o erário público, das festas da inauguração da Variante à Lagoa.

Isto não deixa de ser curioso, porque se queremos efectivamente responder aos princípios que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro tão meritoriamente avançou daquela tribuna, esta devia ser, na minha modéstia opinião, a primeira questão: Quanto é que o erário público gastou?

Mas, este assunto só veio aqui a este plenário, porque o Governo Regional é que o pôs em cima da mesa, é que o pôs no debate, não foi nem o Partido Popular, nem o Partido Comunista Português que se lembraram desta pergunta que, afinal, é a base e o ponto de partida de toda esta discussão. Não perguntaram, criticaram e invectivaram no seu inteiro direito, esquecendo o elemento fundamental.

Terceira questão:

Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, o que é que o senhor entende, concretamente, por conluio do Governo Regional socialista com empresas? Eu penso que por algo muito menos grave do que esta acusação, já se constituiu uma comissão de inquérito nesta Casa.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Se calhar agora era melhor fazer mais uma.

O Orador: Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, eu gostava de saber o que é que o senhor entende por conluio, quem é o responsável por esse conluio e quais são as empresas que estão conluídas com o Governo Regional?



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Eu sei lá. Ele é que sabe!

O Orador: Não, o senhor é que faz a acusação. O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro diz-me que o governo é que sabe e o senhor é que faz a acusação. O senhor faz uma acusação destas e descarta-se em relação à concretização.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Não dramatize.

O Orador: Não é dramatizar, a acusação foi sua.

Portanto, em relação a esta matéria, parece que há aqui perguntas que importava que fossem respondidas e gostava de obter resposta da parte do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Colegas do Governo:

Pegando na intervenção que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro fez da tribuna e que estava recheada de epítetos negativos sobre desonestidade, conluio e festanças eleiçoeiras, eu pegaria no adjectivo “insólito”.

Dizia o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que era insólita a inauguração dos 4 km da Variante à Lagoa e eu diria que é insólita esta Proposta de Resolução; insólita, desde logo, porque traz uma questão de fundo que é, no mínimo, ridícula e é ridícula pelas razões que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro já aqui apontou de nem sequer, no âmbito da subjectividade da sua apreciação, avançarem com números sobre a questão que consideram



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

de esbanjamento. Tem de ser o Governo Regional o único a pôr todas as cartas em cima da mesa.

Os senhores subjectivamente têm uma opinião que não conseguem depois traduzir em termos práticos.

É ridícula também, porque vêm sugerir ao Governo Regional que proceda da forma que já procede, que cumpra o Programa do Governo que cumpre e que faça aquilo que em todas as situações o Governo Regional já faz.

Portanto, poderíamos considerá-la completamente inócua. Não o consideramos e intervimos, porque a única coisa que se aproveita nesta Proposta de Resolução é o ímpeto de maldade, de chamar nomes ao Governo Regional, de o criticar por criticar e de não apresentar um único dado concreto, um único valor que aponte para a acusação injusta e grave de esbanjamento.

Avancem com números para percebermos claramente do que é que estamos a falar.

Se falam em conluio com empresas públicas, avancem então com provas desse conluio, porque o que não podemos fazer é levantar aqui acusações a um Governo Regional, que trabalha com rigor e com seriedade e depois não traduzir, nem números, nem em questões concretas aquilo que se está a falar. Apenas se fazem acusações em termos teóricos e em termos de completo esvaziamento de sentido prático, que é o caso desta Proposta de Resolução.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Arruda.

Deputado Manuel Arruda (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Governar é optar, é investir com prioridades.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Em períodos de aperto financeiro exige-se um rigor acrescido.

A contenção exige definição de projectos prioritários.

Não se justifica que atrasem investimentos há muito reclamados pelas populações como sejam, por exemplo, a Escola de S. Carlos, na Terceira ou a Escola Secundária no Faial, em benefício do fogo de artifício ou propaganda eleitoral camuflada.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: É por o actual Governo Regional optar por esta política em desfavor dos açorianos, que o PSD votará favoravelmente a Proposta de Resolução do CDS/PP.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho necessidade de intervir neste debate e fá-lo-ei com toda a serenidade, porque este pode não parecer, mas é um debate de um assunto muito sério.

Não tenho por hábito, nem o farei, afirmar ou insinuar que as pessoas que falaram antes de mim o fizeram sem sentir e acreditar naquilo que estavam a dizer, mas há questões levantadas por duas intervenções que me antecederam, nomeadamente da Sra. Secretária Regional e também do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que, por necessidade política e pessoal, não posso deixar de comentar.

Os senhores podem eventualmente acreditar em si próprios quando dizem que, no que respeita a despesas de propaganda institucional, estão a proceder bem, como disse a Sra. Secretária que estão a proceder de acordo com o Programa do Governo, que estão a proceder de acordo com todas as



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

regras, etc., mas também gostava de vos dizer, com toda a clareza, que não é essa a opinião pública corrente, não é essa a opinião generalizada da sociedade quando, por exemplo, no processo de reconstrução das ilhas do Faial e Pico foi gasto um valor muito acentuada ao seu objecto, que não se conhece, mas que um dia se irá conhecer, em propaganda institucional, através dos boletins “Reconstruir”, através dum briefing propagandístico feito para Sr. Presidente da República, transcrito numa luxuosa brochura distribuída em toda a Região e que não acrescentou nada, nem à informação pública, nem ao processo de reconstrução e isto é perfeitamente desequilibrado.

O proponente também chama a tenção, implicitamente, para este tipo de situações e, portanto, isto não pode passar em branco.

A Sra. Secretária não pode, com a seneridade como o fez, procurar inverter as coisas, porque não corresponde, efectivamente, à realidade que nós vivemos.

Mais:

O meu camarada Paulo Valadão chamou aqui à atenção e diferenciou, e penso que muito bem, determinadas situações. Ninguém diz que o Governo Regional não possa ou não deva inaugurar as suas obras. Há maneiras de o fazer e dentro do próprio Governo há quem o faça com equilíbrio, mas há também quem o faça com desequilíbrio e é aqui que bate o ponto e a recomendação dirige-se aos casos de desequilíbrio, dirige-se às situações desequilibradas e, portanto, não se pode pretende vender a ideia contrária.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro abordou uma matéria delicada, dirigindo a pergunta ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que responderá o que



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

entender, mas lançou publicamente uma questão que eu, como deputado, como responsável político, quero também sobre ela opinar.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro começou e bem por lembrar que os partidos, especialmente a expressões políticas que aqui estão, que são os grupos parlamentares, também actuam com dinheiros públicos, mas actuam nos termos que estão previstos nas leis que regulam essa situação.

Depois perguntou ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro se quando um partido, mas suponho que não é partido e sim Grupo Parlamentar, porque este é que gere esse dinheiro – e o Sr. Deputado responderá como entender – se dirigir aos eleitores, está a fazê-lo com legitimidade ou não.

Eu gostava de chamar a atenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro para uma outra questão que podemos e devemos discuti-la, mas o Governo Regional não é um partido. Não é comparável. Estamos a discutir coisas diferentes.

O Governo Regional manipula o orçamento, mas não é um orçamento para divulgação institucional. Os partidos manipulam transferências, parte das quais são destinadas à divulgação do seu próprio trabalho.

Portanto, não vamos misturar as coisas, não vamos querer defender a tese indefensável quando propaganda institucional é posta em termos excessivos, em termos desequilibrados.

Ninguém está a propor que o Governo Regional dos Açores deixe de divulgar iniciativas ou deixe de divulgar situações ou deixe de promover inaugurações, mas que haja um critério, que não é em todos os casos seguido, razoável, calculado de acordo com a relação custo/benefício em relação a essas matérias.

Este Governo Regional, infelizmente, saltou, tem saltado e prepara-se para continuar a saltar o limite e isto assim é mau.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Eu gostava de lembrar, embora estejam aqui poucas pessoas do lado da bancada do Governo e da bancada que o apoia, a vários desses protagonistas o tempo que se gastou em 1991 nestes gabinetes a discutir uma alteração de orçamento, procurando cortar de forma sistemática em tudo o que eram verbas que eram usadas abusivamente nesse tempo pelo poder de então, em relação a propaganda institucional ilegítima. Estou a lembrar-me dum ilustre companheiro vosso e deputado nessa altura nesta Casa, Dr. Paulo Casaca, hoje deputado europeu, que com o seu computador trabalhou horas e horas para encontrar valores razoáveis e credíveis nesses cortes.

Estou a lembrar-me deste episódio, mas muito mais do que eu me lembrar, era bom que os senhores se lembrassem.

Muito obrigado.

Voices das bancadas do PSD e do PP: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria, em nome do Governo, de afirmar que nós consideramos perfeitamente descabidas e irresponsáveis as afirmações do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro quando ele atenta contra o bom nome do Governo, invocando conluios, invocando situações menos claras, suspeições que são efectivamente incomportáveis com a actividade governativa.

Gostaria de dizer, olhos nos olhos, cara na cara, que o Governo não recebe do PP, nem de ninguém lições em matéria ética que tenham a ver com essas situações.



Porque ficou aqui demonstrado que se tratou de uma inauguração patrocinada pelas empresas que o quiseram fazer de livre e espontânea vontade, porque ficou demonstrado aqui que coube ao Governo uma ínfima parte no pagamento dessa inauguração, essa Proposta de Resolução não só não tem razão de ser, como cobre de total ridículo o partido que a propôs.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, atingimos a hora regimental. Os nossos trabalhos vão terminar aqui, recomeçando amanhã às 15,00 horas com o Período de Antes da Ordem do Dia, conforme ficou assente na Conferência.

(Eram 20,00 horas)

Diário da Sessão n.º 088 de 23/10/03

Presidente: Srs. Deputados, vamos passar ao Período da Ordem do Dia, com a continuação da Proposta de Resolução – **“Recomenda ao Governo Regional que passe a submeter ao critério de análise custo benefício, numa perspectiva de desenvolvimento económico-social dos Açores, as despesas com propaganda institucional e com as festas de inauguração”**.

Como se recordam ontem, quando os nossos trabalhos terminaram, eu não tinha mais inscrições para este debate.

Assim sendo, vamos passar à votação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução foi rejeitada com 28 votos contra do PS e registou 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 votos a favor do PCP.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em muito breves palavras, gostaria de registar as razões que levaram o PCP a votar a favor da proposta agora derrotada pela maioria.

A proposta do PP, sendo uma proposta extremamente equilibrada, trouxe ao debate político um problema muito sério.

Não foi aprovada, porque a maioria absoluta assim não quis, mas o facto de não ter sido aprovada não esconde nem os problemas que a motivaram, nem esconde a razão objectiva que a sociedade compreende, relativamente a esta questão.

De facto, é necessário – e estou convencido que depois deste debate é absolutamente indispensável que nem tudo fique na mesma – que naquilo que se pode designar por propaganda institucional e por inaugurações, haja um procedimento revisto, equilibrado e adequado ao sistema democrático como vivemos.

Muito obrigado.